

Contas Abertas – 16/02/2009

União reduz em 15% consumo de energia em horário de verão

Link da matéria:

http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=2575

Após quase quatro meses com relógios atrasados em uma hora nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os órgãos federais economizaram R\$ 83,3 milhões na conta de energia. O saldo representa uma economia de 15% na comparação com o horário brasileiro de verão entre 2007 e 2008. Naquele biênio, os órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário pagaram R\$ 545,1 milhões em energia elétrica. Já no período do último horário de verão, que se encerrou sábado, foram R\$ 461,7 milhões desembolsados (veja tabela).

Apesar da economia registrada no período, o gasto anual reflete a abundância do consumo de energia na administração federal. Nos últimos oito anos, saíram R\$ 7,7 bilhões dos cofres públicos para arcar com as despesas de energia da União. Apenas no ano passado, foi quase R\$ 1,2 bilhão pago, um crescimento real de 51% em relação a 2001, quando a União pagou pouco mais de R\$ 758 milhões com a conta de energia dos órgãos públicos federais.

Ao longo dos últimos oito anos, a única tendência de queda verificada foi entre 2007 e 2008. Desta forma, o último ano foi responsável por interromper a tendência de alta no consumo de energia desde 2001. O crescimento médio anual oscilou neste período entre 10% e 15%, mas em 2008 ocorreu queda de 10% em relação a 2007, quando o pagamento de conta chegou a R\$ 1,3 bilhão. Este ano, o consumo de energia na administração federal foi responsável por reter R\$ 42 milhões dos cofres públicos.

Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, é natural que apesar do horário de verão, ocorra um aumento no consumo de energia nesse período. "Estamos falando do verão e, por isso, é preciso considerar que as pessoas usam mais ar-condicionado, refrigeradores e etc", avalia. Ele lembra ainda que a economia de R\$ 4 bilhões, anunciada na semana passada pelo o ministro de Minas e Energia, representa avanço na conscientização do racionamento de energia. "Esse período representou uma economia de R\$ 1 bilhão a mais, se comparado com o período de horário de verão anterior", afirma **Sales**.

Defesa consome mais energia

No topo da lista dos órgãos que mais consumiram energia elétrica em 2008 está o Ministério da Defesa (MD), com R\$ 235,4 milhões pagos. O ministério arca com o consumo dos três comandos militares: Aeronáutica, Marinha e Exército. No total, o valor apontado refere-se à quase 700 unidades que integram o MD. De acordo com a assessoria, o órgão mantém em funcionamento uma política de racionalização de energia elétrica adotada a partir de 2001, que inclui análise e registro permanentes do consumo, revisão de contratos, além de outras medidas.

Em segundo lugar, está a conta do Ministério da Educação (MEC), com pouco mais de R\$ 229 milhões desembolsados com energia elétrica. Os gastos da pasta correspondem à estrutura composta por 130 unidades, como os 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), as 37 Escolas Agrotécnicas e as 53 Universidades Federais de todo o país.

Vinculados ao MEC também estão autarquias e instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Subsecretaria de Assuntos

Administrativos (SAA), responsável pela despesa do edifício sede, anexos e das representações do ministério no Rio de Janeiro e em São Paulo.

De acordo com o MEC, para otimizar o gasto de energia elétrica no ministério, foi firmado em 2008 uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial e o Ministério do Planejamento. A SAA, representando o MEC nessa parceria, coordena o Projeto Piloto intitulado Programa de Eficiência do Gasto Público. Nele estão previstas ações referentes aos gastos com energia elétrica para o edifício sede e anexo do MEC e do FNDE.

Para o ministério, foram previstas ações como a redução do consumo de ar-condicionado e a implantação de campanhas de conscientização para economia de energia (computadores e lâmpadas desligadas ao final do expediente). Já no FNDE, as ações se voltam para a aquisição de banco de capacitores para diminuir a energia reativa, além da redução do número de lâmpadas por metro quadrado.

Horário brasileiro de verão

Durante 119 dias, segundo o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, o país economizou R\$ 4 bilhões com o horário de verão em dez estados mais o Distrito Federal. Dados preliminares do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), apontam uma economia de 2 mil megawatts (MW) no período.

O benefício mais esperado com o horário de verão é a redução da demanda na carga elétrica no horário de pico. O que, segundo o ONS, reduz também a necessidade de geração térmica nacional e elimina a possibilidade de cortes de carga em ocorrência de contingências no sistema. O horário de verão funciona no país desde 1931, mas só a partir de 1985 é adotado, ininterruptamente, todos os anos.